

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

MONOGRAFIA

A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS

SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

AMANDA MONTEIRO TEIXEIRA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Rio de Janeiro

JUNHO/2005

RESUMO

A monografia teve como objetivo analisar: a origem, os objetivos e as características do projeto educacional neoliberal; e, principalmente, as consequências da implantação de tal projeto na educação nacional. Para tal, foi levantada uma bibliografia baseada em livros de autores críticos da globalização e do projeto educacional neoliberal. O estudo permitiu que se concluísse que a implantação desse projeto gera o deterioramento do sistema educacional brasileiro, e compromete o futuro de nosso país.

SUMÁRIO

Introdução	3
Capítulo I – A globalização neoliberal	5
1.1 - O Neoliberalismo	5
1.2 - A globalização atual	7
1.3 - Principais características da globalização neoliberal	12
Capítulo II – Os efeitos da globalização neoliberal sobre a educação	17
2.1 - O projeto educacional neoliberal	17
2.2 - A implantação do projeto educacional neoliberal no Brasil	21
Capítulo III – Conseqüências do projeto educacional neoliberal sobre a educação brasileira	28
Considerações finais	36
Bibliografia	41

INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é analisar o impacto e as conseqüências que as políticas educacionais neoliberais, impostas pelos principais organismos financeiros internacionais, podem causar no sistema educacional brasileiro. A análise de tal impacto nos permitirá concluir se a privatização e a profissionalização da educação lhe dá maior qualidade ou se, ao contrário, a deteriora e exclui parcelas cada vez maiores da população. Além disso, é preciso entender quais são as verdadeiras motivações dos organismos internacionais para desejarem implantar tal projeto educacional na América Latina, pois ele pode ter como objetivo principal criar condições para que os países da região se mantenham submissos e dependentes de tais organismos.

A escolha deste tema deve-se ao fato de que seu estudo é de grande relevância para o futuro da educação brasileira e para refletirmos se esse futuro nos interessa. Além disso, nos permite também compreender quais os objetivos dos organismos internacionais quando almejam implantar tal projeto em nosso país e quais as conseqüências dele em relação ao futuro econômico e político brasileiro.

No primeiro capítulo, primeiramente analisarei a origem do neoliberalismo e suas principais características. Depois, farei um breve histórico da história do capitalismo até chegar à globalização atual, e depois descreverei seus principais aspectos. No segundo capítulo, demonstrarei quais são as características do projeto educacional neoliberal e qual a

história da sua implantação no Brasil. No terceiro capítulo, analisarei as conseqüências do projeto na educação brasileira.

Utilizarei como pressupostos teóricos os trabalhos de autores marxistas críticos do atual processo de globalização neoliberal, principalmente Samir Amin e Marta Harnecker, que crêem que ele tem como objetivo principal aumentar a exploração dos países e organismos do centro do sistema capitalista sobre as periferias. Utilizarei também os trabalhos de José Lombardi e de Pablo Gentili, ambos acreditam basicamente que a implantação de medidas neoliberais nos sistemas educacionais latino-americanos tem como meta degradar tais sistemas, tornando a população desses países ainda mais ignorantes e manipuláveis, agravando, dessa forma, a dependência econômica desses em relação aos organismos financeiros internacionais.

Minhas principais hipóteses são as seguintes: a adoção de políticas neoliberais na educação gera o efeito inverso do que prega a retórica neoliberal, pois a qualidade dos sistemas de educação dos países que as adotaram teve uma queda muito grande se comparada à época em que o Estado era o seu administrador; as políticas educacionais do Consenso de Washington têm como objetivo aumentar a exclusão de parcelas cada vez maiores da população da América Latina do sistema educacional, pois quanto mais ignorante for essa população, mais facilmente os organismos internacionais poderão manipulá-las; e a adoção de tais medidas na educação faz com que os países latino-americanos tenham cada vez mais dificuldades para se livrarem de sua dependência econômica.

CAPÍTULO I

1.1 - O Neoliberalismo

O neoliberalismo nasceu na Europa e nos EUA após a Segunda Guerra Mundial como uma doutrina econômica e ideológica contrária ao Estado intervencionista de bem estar social. Ela foi denominada neoliberal porque, de certa forma, embora com outras características, retoma o liberalismo clássico elaborado por Adam Smith. O livro que lançou a doutrina tem o título Caminho da Servidão e foi escrito em 1944 pelo austríaco Hayek. O autor ataca o controle dos mecanismos de mercado por parte do Estado, pregando que tal controle é uma ameaça total à liberdade econômica e política. Em 1947, Hayek se reuniu com outros intelectuais que compartilhavam sua orientação ideológica em Mont Pelerin, na Suíça. Entre os principais participantes da reunião estavam: Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises e Walter Lipman. Nessa reunião foi fundada a Sociedade de Mont Pelerin, uma espécie de associação de defesa do neoliberalismo, que tinha como principal objetivo o combate ao keynesianismo e ao solidarismo reinantes e a defesa de um outro tipo de capitalismo, um capitalismo livre de regras. Até a década de 1970, suas idéias foram praticamente ignoradas, pois o mundo capitalista avançado passava por um dos períodos mais prósperos de sua história, com uma das maiores taxas de geração de empregos de todos os tempos. A crise econômica, que se iniciou em 1973, com a elevação dos preços do petróleo decretada pelos países produtores do mundo árabe, criou condições para que as teses neoliberais

se difundissem. Os empresários atribuíram a crise à atuação do movimento operário em seus países, pois segundo aqueles, a acumulação privada diminuiu em virtude dos maiores salários dos trabalhadores e da maior arrecadação de impostos dos Estados para suprir as elevadas despesas sociais. A solução, então, seria manter um Estado forte no setor da repressão policial, porém quase ausente nas intervenções econômicas e nas despesas sociais. As facções neoliberais das classes dominantes se aproveitaram das inovações tecnológicas para pôr seu projeto em prática. O avanço da microeletrônica, principalmente de seus ramos especializados em informática e automação industrial, permitiram às grandes empresas sofisticarem seus métodos gerenciais, deslocando seus parques industriais para países periféricos, onde a mão-de-obra é mais barata, os impostos são mais baixos, a legislação ambiental é débil, aumentando assim a rentabilidade empresarial, mas sem perder o controle sobre suas empresas.

A primeira experiência na qual o modelo neoliberal foi implantado ocorreu no Chile de Pinochet, na década de 1970. Na década de 80, o modelo foi implantado, primeiramente: na Inglaterra, no governo de Thatcher; nos EUA, na presidência de Reagen; na Alemanha, quando o partido de Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schimidt; Na Dinamarca, quando a coalizão de direita, liderada por Schluter, derrotou o Estado modelo de bem estar escandinavo. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental adotaram o modelo neoliberal. Entretanto, foi na década de 90 que o modelo se espalhou por todo o planeta, sendo aplicado em diferentes

graus de intensidade pelos países. Esta expansão ocorreu graças ao processo denominado globalização neoliberal.

1.2 - A globalização atual

Para alguns autores, a globalização não é um fenômeno recente, pelo contrário, ela faz parte da história da evolução do capitalismo. O sistema capitalista, desde sua origem, tendeu, por sua própria natureza, a ser global, a se expandir a todas as regiões do globo onde pudesse encontrar lucro.

Sua origem ocorreu na Europa, e sua primeira fase de expansão global, a mercantil, se iniciou no século XV e durou até a segunda metade do século XVIII. Nesta primeira fase, este sistema deixou de existir somente na Europa, expandindo-se por todo o continente americano e a diversas áreas da Ásia e da África. Foi uma fase basicamente comercial, na qual os principais Estados modernos europeus (Portugal e Espanha, primeiramente, seguidos de França, Inglaterra e Holanda) disputaram entre si regiões do planeta (as colônias) onde pudessem retirar metais preciosos e matérias-primas e vender seus produtos manufaturados.

A segunda fase, a industrial, se iniciou na segunda metade do século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial na Inglaterra. A industrialização foi, aos poucos, ocorrendo nos outros países europeus, nos EUA e no Japão, durante o século XIX. Nesta fase surgiu o liberalismo econômico, elaborado por Adam Smith, e defendeu-se a liberdade no comércio internacional.

No final do século XIX, o capitalismo entrou numa nova fase, denominada imperialista. Nela, os principais países europeus, os EUA e o Japão, aliados a seus grandes bancos e empresas, expandiram definitivamente o capitalismo a todas as partes do planeta. As principais características do imperialismo foram: concentração da produção e do capital a tal ponto que se originaram os monopólios; fusão do capital bancário com o industrial, que levou ao surgimento de uma oligarquia financeira; a exportação de capitais se tornou tão importante quanto a de mercadorias; as potências capitalistas e os grupos internacionais de monopólios passaram a dividir o mundo entre si. Foi um período marcado por graves crises políticas e econômicas, que culminaram com as duas Guerras Mundiais e a crise econômica de 1929.

A quarta fase se iniciou após a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e se caracterizou por ser a de maior crescimento econômico da história do capitalismo. No plano político, EUA e URSS dividiram o mundo em duas grandes áreas de influência, uma capitalista e outra socialista, dando início à Guerra Fria. As colônias africanas e asiáticas se tornaram independentes politicamente. No plano econômico, a economia capitalista sofreu grande controle dos Estados nacionais e houve grande geração de empregos nos países do Primeiro Mundo. Esta fase se estendeu até o final da década de 1980.

Segundo Amin (1996), de 1945 até o final da década de 1980, a economia mundial teve um período de desenvolvimento caracterizado por uma "globalização controlada", que tinha três pilares: o intervencionismo

keynesiano nos países do “Primeiro Mundo”, baseado na administração da economia por parte do Estado, com elevadas taxas de geração de empregos e manutenção de um sistema de previdência de alta qualidade; o projeto soviético nos do “Segundo Mundo”, baseado no planejamento econômico estatal centralizado; e o projeto desenvolvimentista nos do “Terceiro Mundo”, baseado num programa de industrialização de caráter nacionalista. Todos eles tinham em comum a rejeição à economia liberal (AMIN, 1996).

Esses três pilares começaram a tombar em 1989. Neste ano, os países do Leste Europeu iniciaram um processo de rompimento político e econômico com o país que durante quatro décadas os manteve sob sua esfera de influência: a URSS. Os principais acontecimentos que permitiram tal rompimento foram: a queda do muro de Berlim e a unificação das duas Alemanhas; a derrubada da barreira que separava a Hungria da Áustria; a vitória do Solidariedade nas eleições da Polônia; o fim do monopólio político do Partido Comunista na Tchecoslováquia; e a execução do ditador Ceaucescu, na Romênia. Os países do Leste Europeu abandonaram, gradativamente, o modelo soviético de desenvolvimento econômico e adotaram políticas econômicas baseadas no modelo neoliberal.

A URSS, já bastante abalada pela diminuição do ritmo de seu crescimento econômico desde a década de 1970 e pelo fracasso das políticas de Gorbachev, que visavam transformar o socialismo soviético, se enfraqueceu ainda mais ao perder sua principal área de influência no planeta. A principal política criada para transformar o socialismo soviético foi a Perestroika, posta em funcionamento em 1985, no governo de Michail

Gorbatchev, que chegou ao poder como Secretário-geral do Partido Comunista. O objetivo dela era mudar radicalmente todos os aspectos de vida na URSS, juntando o socialismo e a democracia, na teoria e na prática. Os três eixos principais dessa política eram: aceleração do desenvolvimento econômico e social, remodelação do mecanismo econômico socialista e renovação geral da superestrutura da sociedade. A aceleração do desenvolvimento econômico e social visava superar a estagnação econômica dos anos 70 e 80. Além da estagnação do crescimento econômico, a mão de obra e os recursos naturais disponíveis começaram a escassear, e o excesso de centralismo impediram que a revolução técnico-científica avançasse. Enquanto isso, o capitalismo, apesar de suas crises, continuava se desenvolvendo. A remodelação do mecanismo econômico visava alterar o mecanismo de gestão da economia, que era o mesmo há mais de 50 anos. Para que a remodelação econômica tivesse êxito, seria fundamental uma participação mais efetiva da sociedade na política soviética. E é aí que entraria o terceiro componente da Perestroika: a renovação geral da superestrutura da sociedade, baseada na crescente democratização desta. Em pouco tempo, a Perestroika deixou de ser uma esperança de mudança e se transformou no caminho para o abismo soviético. A democratização social não ocorreu, ao contrário, a Perestroika foi bastante elitista, pois o povo se manteve à margem do processo. As transformações econômicas foram feitas sem uma estratégia clara para substituir os velhos mecanismos da economia soviética, e ocasionaram anarquia econômica e deterioração da vida dos cidadãos. A abertura política

foi aproveitada pelo bloco capitalista para estimular um processo de direitização interna. O enfraquecimento soviético se tornou mais evidente quando o país aceitou o afastamento dos países do Leste Europeu de sua esfera de poder. Em 1991, a própria URSS desmoronou, e as novas Repúblicas independentes que se libertaram dela adotaram políticas econômicas neoliberais.

A China, um dos poucos países do mundo que ainda manteve um regime político socialista após a queda do bloco soviético, promoveu uma reforma econômica interna, iniciada na década de 1980, através da qual sua economia passou a funcionar segundo uma base capitalista nacionalmente controlada.

O fim do bloco soviético significou o fim da Guerra Fria e a vitória do sistema capitalista sobre o socialista. Em decorrência da “conversão” de quase todo o mundo socialista ao capitalismo e de suas elevadas taxas de endividamento econômico, os países do “Terceiro Mundo” foram pressionados a abandonarem gradativamente seus modelos nacional-populistas de desenvolvimento, adotando políticas econômicas neoliberais. Além disso, a decadência do Welfare State nos países desenvolvidos, que já havia começado na década de 80 nos governos de Reagen e Thatcher, se acentuou na década de 90 em todos os países do “Primeiro Mundo”.

A queda dos três pilares citados por Amin (1996), principalmente o soviético, permitiu que ocorresse o alargamento das fronteiras do sistema capitalista, ou que simplesmente não houvesse mais limites para sua expansão em escala global. Tal fato propiciou a entrada do capitalismo num

novo ciclo de expansão, denominado globalização neoliberal, que promove uma integração econômica a nível mundial, através do aprofundamento da internacionalização do sistema produtivo capitalista e da criação de uma nova divisão internacional do trabalho. Esta nova fase, também denominada pós-industrial, se caracteriza: por uma cultura dita pós-moderna que tenta se impor sobre as demais culturas nacionais e regionais; por um modelo econômico baseado na doutrina neoliberal; e, politicamente, pelo enfraquecimento dos Estados-nação, principalmente dos periféricos, diante do crescimento do poder de um proto governo mundial que se torna cada vez forte, e que representa os centros do sistema capitalista mundial, exercido em instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

1.3 - Principais características da globalização neoliberal

Para Senne, o mundo pós-Guerra Fria apresenta três aspectos principais (SENNE, 1996) :

→ O primeiro aspecto é o já citado alargamento das fronteiras do sistema capitalista, através da incorporação de novos territórios de expansão. Assim, as grandes empresas e os grandes bancos mundiais se deslocam para todas as partes do planeta, a procura de locais onde o investimento de capitais seja rentável. Esse deslocamento é viável graças à liberalização das economias nacionais e à utilização de novas tecnologias, principalmente pela velocidade da comunicação eletrônica e dos meios de transporte atuais. A comunicação eletrônica permite que uma grande

empresa controle de sua sede toda a produção de suas filiais espalhadas em vários pontos do globo.

O processo de produção das grandes empresas se internacionaliza, pois a fabricação de um determinado produto passa a ser feita em várias etapas, cada etapa num ponto diferente do planeta. O mesmo acontece no setor dos serviços. O deslocamento do processo produtivo e dos serviços é promovido pelas grandes empresas, que deslocam as etapas de produção que necessitam de maior quantidade de mão-de-obra pouco qualificada para países onde esta seja mais barata. Assim, a forma capitalista de exploração se espalha por todo o planeta, levando consigo as mazelas sociais a todos os países por onde passa. Dessa forma, as grandes cidades mundiais se tornam cada vez mais semelhantes, cada uma contendo uma grande quantidade de pobreza e favelas, em contraste com pequenas regiões onde uma minoria concentra as riquezas produzidas. As atuais políticas do “Estado mínimo” neoliberal agravam ainda mais a questão da péssima distribuição de renda, fazendo com que a grande maioria seja marginalizada e não possa exercer o seu direito à cidadania.

A globalização neoliberal tem beneficiado apenas os grandes grupos do capitalismo mundial, ou melhor, a grande burguesia internacional. O proletariado mundial, em todos os continentes, inclusive nos países do Primeiro Mundo, tem sofrido com o aumento dos índices de desemprego e com a deterioração das políticas públicas sociais. Nos países desenvolvidos, a decadência do Welfare State é a responsável pela precarização dos serviços públicos, e o deslocamento de empresas para países periféricos, aliado à

robotização industrial, são os responsáveis pela elevação dos índices de desemprego e redução dos salários. Nos países periféricos a situação é ainda mais grave. Os serviços públicos, que já eram precários, se tornaram quase nulos, e o desemprego atinge taxas assustadoras, levando, em alguns países, mais da metade da população a lutar pela sobrevivência na economia informal e na criminalidade. A liberalização da economia destes países faz com que suas indústrias se tornem vulneráveis diante da concorrência com as grandes empresas estrangeiras, o que agrava ainda mais o desemprego.

A concentração do capital industrial e do financeiro provoca o surgimento de grandes oligopólios. Esses grandes oligopólios possuem volumes de negócios maiores que os de diversos países do planeta. Dessa forma, a política e a economia mundiais são, cada vez mais, manipuladas pelas decisões desses grupos e dos seus países de origem, geralmente EUA, União Européia e Japão. Os oligopólios são formados por grupos de empresas e bancos americanos, japoneses e europeus, que dividem entre si espaços de concorrência e cooperação, impedindo ao máximo a entrada de novos concorrentes, através da elevação de barreiras econômicas por parte dos grandes organismos econômicos internacionais, principalmente a OMC. Os espaços que dividem entre si são aqueles que podem lhes proporcionar oportunidades de conseguirem promover atividades lucrativas. A parte do planeta que não lhes interessa fica completamente excluída do processo de globalização. Essa parte é composta por vários países subdesenvolvidos.

O segundo aspecto é o estabelecimento de um consenso mundial segundo o qual a democracia liberal é o modelo de regime político que deve ser

seguido por todo Estado que pretende ter sucesso. Atualmente, os Estados são pressionados para enfraquecerem as conquistas políticas dos trabalhadores e para isso precisam adotar medidas autoritárias.

A relação entre a figura do Estado nacional e o capitalismo sempre foi tensa, pois enquanto o primeiro luta para defender seus interesses internos, o segundo buscou sempre a sua difusão em escala internacional. Para o capitalismo, o Estado-nação foi muitas vezes uma barreira a esta difusão.

O Estado-nação nunca foi tão impotente como na atual fase do capitalismo, diante do elevado poder dos grandes grupos internacionais. O enfraquecimento do seu poder e da sua capacidade de atuação se devem, principalmente, à globalização das atividades econômicas, que faz com que a governabilidade de suas economias seja cada vez menos autônoma.

O impacto da atual globalização sobre o Estado-nação gera uma crise de legitimidade do mesmo, pois diminui a sua capacidade de atender às exigências sociais, principalmente nos países periféricos. Enquanto o Estado-nação desvanece, surge um poderoso proto-Estado global, que representa os interesses da grande burguesia internacional, composto por instituições como o G-7, a OMC, a OTAN, o Banco Mundial e o FMI.

A democracia liberal, que vem sendo implantada na maior parte do planeta, é na verdade autoritária, pois se baseia num Estado mínimo para defender os interesses dos trabalhadores, porém forte para mantê-los numa situação na qual não coloquem em risco o funcionamento do modelo neoliberal. Para impedir a ação contestatória popular diante de um quadro de crescente desigualdade social, os grupos dominantes do planeta utilizam os atuais meios

de comunicação de massas para manipular a opinião pública, com o objetivo de criar um consenso a favor do modelo neoliberal. Atualmente, a mídia é o principal meio de comunicação de massas, sendo constituída por grandes cartéis, compostos por grupos de diversos países, cuja programação tem o poder de alcançar quase todos os pontos do planeta, graças à comunicação via satélite e à Internet.

O terceiro aspecto é a afirmação de uma ideologia econômica que prega a hegemonia incontestável do capitalismo em todo o planeta, sendo este sistema econômico o melhor meio de satisfazer as necessidades humanas. Tal ideologia é o neoliberalismo. Sua origem e suas principais características já foram descritas anteriormente.

A globalização neoliberal tem uma cultura própria, denominada pós-moderna, que através dos meios de comunicação tenta se impor sobre as demais culturas nacionais e regionais, pois a expansão do capitalismo em escala global depende, em parte, do sucesso desta imposição. Esta cultura difunde valores capitalistas como o consumismo, o individualismo e o egoísmo. Além disso, prega o fim da história, como se daqui para frente se tornassem eternos a globalização, a democracia liberal e o neoliberalismo, que seriam capazes de atender a todas as necessidades da população mundial. Também decreta a morte de todas as outras ideologias contrárias ao capitalismo, principalmente o marxismo.

No próximo capítulo, serão analisados os objetivos e as características do projeto educacional neoliberal, e será apresentada a história de sua implantação no Brasil.

CAPÍTULO II

2.1 - O Projeto Educacional Neoliberal

A sociedade europeia moderna defendeu, no século XIX, a existência de uma escola capacitada para disseminar os conhecimentos acumulados e as luzes da razão: uma escola pública, obrigatória, universal e laica.

Em 1793, na Convenção Nacional Francesa, tanto os girondinos quanto os jacobinos concordavam que a educação deveria ser pública e gratuita. Da mesma forma, Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, também defendeu a educação pública e gratuita, que deveria ser de responsabilidade do Estado.

Esse mesmo ideal predominou no pensamento latino-americano no período de formação de seus Estados nacionais, no século XIX. Porém, de forma distinta do ideal europeu, na América Latina se fazia a distinção entre a educação pública mínima, destinada à maioria da população, e a educação integral, destinada aos setores privilegiados. Os Estados da região seriam responsáveis pela educação mínima, cabendo à iniciativa privada a responsabilidade pela educação integral. Somente a classe dominante teria condições de custear seu acesso à educação completa, o que transformou a escola num meio de discriminação social.

Atualmente, o ideal moderno de educação latino-americano ainda está longe de ser concluído, pois a educação mínima latino-americana ainda não é acessível a todos, já que os índices de analfabetismo mantêm-se altos na região. Além disso, sua substituição pelo projeto educacional

neoliberal tende a excluir parcelas ainda maiores da população do sistema educacional, como veremos no próximo item.

Os teóricos da educação pós-moderna difundem a idéia de que o ideal moderno de educação é utópico e irracional, e portanto deve ser desprezado ou esquecido. O projeto educacional neoliberal, promovido pelos grandes organismos financeiros internacionais, tem um objetivo claro: deteriorar ao máximo, ou simplesmente acabar com a educação pública, inserindo a educação na lógica do mercado, além de incentivar o fim das escolas que visam a formação do homem integral, substituindo-as pelas de ensino profissionalizante. Isso fará com que a maior parte da população dos países que adotarem tal projeto seja excluída do sistema educacional ou não tenha acesso à educação de qualidade plena, criando-se, dessa forma, uma grande massa de ignorantes incapazes de questionar a nova ordem mundial vigente. Além disso, estes países tendem a agravar ainda mais seus quadros de dependência econômica e conseqüente submissão política em relação aos organismos financeiros internacionais.

O projeto educacional neoliberal, que pretende se impor em todo o planeta, foi muito bem estruturado. As altas tarefas de condução da economia mundial e das políticas dos principais países devem ser desempenhadas por uma elite formada nas melhores universidades do Primeiro Mundo, as únicas que permitem o acesso à educação de qualidade plena, mas que devem formar indivíduos que não questionem a ordem vigente.

Essa reduzida elite intelectual deve ocupar entre 0,1 e 0,3% da população economicamente ativa. A condução das empresas multinacionais e de países menos importantes será desempenhada por uma mão-de-obra menos qualificada que a anterior, formada em universidades nacionais, que deve ocupar de 10 a 15% da PEA. Para as empresas de montagem, que não precisam de mão-de-obra qualificada, esta deve ser formada nas escolas técnicas, ocupando de 20 a 30% da PEA. O restante da população mundial, cerca de 45 a 70% da PEA, servirá como exército de reserva, pressionando a redução dos salários dos que estão empregados.

O elevado grau de endividamento dos Estados nacionais, principalmente dos periféricos e o descomprometimento de suas elites com os problemas sociais nacionais, os torna impotentes diante das pressões dos grandes organismos financeiros internacionais, que os pressionam a adotarem a política educacional neoliberal. Dessa forma, a educação está se tornando uma mercadoria, que tende a ser explorada apenas pela iniciativa privada, além de dar ênfase à formação técnico-profissional. Apenas o ensino fundamental deve, segundo os neoliberais, continuar a ser gerido pelo Estado, porém com os menores custos possíveis.

É preciso mudar o papel desempenhado pela educação no mundo atual. Ao invés de servir como instrumento de alienação das massas e de formação de mão-de-obra tecnicizada para o mercado de trabalho, ela deve recuperar o seu objetivo moderno, e servir como principal meio para que a grande massa mundial marginalizada tome consciência da realidade em que vive e lute para transformá-la. O aumento da miséria, do

desemprego e da violência em escala global é prova de que a globalização neoliberal está levando a humanidade para o caminho da barbárie. Constatase o avanço e o aprofundamento das desigualdades em todos os campos da sociabilidade humana e a educação, como parte integrante da produção desta sociabilidade, é usada para aprofundar estas desigualdades. A educação deve ser utilizada para mudar este rumo, pois, como dizia Florestan Fernandes, o objetivo da educação está em inventar e reinventar a civilização sem barbárie (GAMBOA, 2000).

A educação não pode se tornar um mercado que existe apenas para transformar o ser humano em máquina produtora. Ela deve visar a construção de cidadãos que tenham a oportunidade de se desenvolverem plenamente. Segundo Comenius, a educação deve integrar o saber, a ética e a virtude, pois o homem precisa ser formado para se tornar um ser humano (GAMBOA, 2000). Durante esta formação, o indivíduo deverá aprender os conhecimentos científicos e filosóficos acumulados pela humanidade, além de desenvolver um sentimento ético solidário e o compromisso político com as lutas sociais. A educação neoliberal, ao contrário, visa apenas dar um conhecimento superficial aos estudantes, para que parte deles possam se inserir no mercado de trabalho sem questionar a ordem vigente.

2.2 - A Implantação do Projeto Educacional Neoliberal no Brasil

A composição da Constituição de 1988 foi heterogênea, pois houve um choque de interesses entre diferentes grupos sociais. Além disso, como pouquíssimas vezes se viu na história de nosso país, a classe trabalhadora consolidou algumas conquistas, principalmente no que se refere a uma maior democratização das questões sociais.

Quanto a educação, tanto o setor privado quanto o público tiveram ganhos. O primeiro foi favorecido com a criação do conceito de “público não-estatal”, que permite que algumas instituições de ensino privadas tenham financiamento e sejam liberadas de obrigações fiscais. O segundo se beneficiou com a tentativa de se implantar um sistema educacional público, gratuito e de qualidade, através da constituição de um Plano Nacional de Educação e de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), conduzidos por um Fórum Nacional de Educação.

O primeiro projeto de LDB foi apresentado pelo deputado Otávio Elísio, logo após a promulgação da Constituição, à Comissão de Educação, Cultura e Desportos, obtendo prioridade em relação à discussão do tema educação. Foi designado como relator do projeto o deputado Jorge Hage, que apresentou, em 1989, o primeiro substitutivo ao Projeto Otávio Elísio, que passou a contar com o apoio do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública na LDB, pois este último projeto era contrário aos princípios da privatização e diferenciação da educação, princípios defendidos por grande parte do bloco que compunha o poder na época.

Durante os dois anos de Governo Collor (1990-92), houve uma acirrada disputa no poder entre o grupo que defendia a implantação do Projeto Educacional Neoliberal e o que lutava pela construção de um projeto democrático de massas. Ambos os grupos queriam que a LDB seguisse suas propostas educacionais.

O segundo grupo tinha como principal representante o Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, que tinha suas diretrizes traçadas na Carta de Princípios de 1989, podendo-se destacar as seguintes: formação do cidadão comprometida com as mudanças necessárias na construção de uma sociedade democrática; garantia, por parte do Estado, de escola pública e gratuita, com padrão de qualidade e gestão democrática, em todos os níveis para a população brasileira; as universidades devem ter como componente fundamental e dinâmico a produção cultural, científica e tecnológica, nas suas diversas modalidades; valorização dos profissionais da educação, que devem ter sólida formação, salário digno e condições adequadas de trabalho pessoal e coletivo, qualificação permanente e progressão funcional garantidas em plano de carreira.

O grupo que defendia o Projeto Educacional Neoliberal teve como um de seus principais projetos o chamado "Projeto de Reconstrução Nacional", que pregava como solução para a saída da crise dos anos 80 e da dívida, uma recuperação tecnológica e científica para que o país se modernizasse, porém esta recuperação deveria ser feita pelo setor privado nacional.

Apesar das disputas entre os dois grupos, percebe-se que o Projeto Educacional Neoliberal estava sendo implantado gradativamente na educação nacional. Os temas da “qualificação do trabalho para reestruturar competitivamente a economia” (profissionalização da educação) e a “universalização da educação básica” (único setor educacional em que o Banco Mundial era contrário à privatização) foram centrais na política educacional do Governo Collor.

No início do Governo Itamar Franco, em 1992, o Banco Mundial e a Unesco conseguiam, através da pressão sobre o governo, implantar o Programa de Educação para Todos, que culminou com o lançamento da Política Nacional de Educação para Todos. O MEC foi o principal responsável pela implantação nacional de tal programa, e para isso omitiu-se de forma ilegal a dar continuidade à implementação da política educacional da Constituição de 1988, que previa a criação de um Plano Nacional de Educação envolvendo todos os níveis e modalidades da educação no país.

Os neoliberais obtiveram mais uma vitória quando, em 1992, foi formado o Plano Decenal de Educação para Todos, que restringe as ações políticas educacionais brasileiras à educação básica para massas, e a universalização da educação básica à educação fundamental obrigatória, dos 7 aos 14 anos, excluindo aqueles que não obtiveram a educação básica dentro deste limite de idade. Tal plano foi aceito por uma espécie de Consenso Nacional, inclusive por grupos que tradicionalmente fazem oposição ao Projeto Educacional Liberal. Constituído por oito linhas de ações estratégicas e sete objetivos gerais de desenvolvimento para a educação

brasileira, o Plano foi apresentado pelo MEC como uma sugestão para a discussão nacional.

O MEC passou a ser o principal agente interno responsável pela implantação do projeto educacional neoliberal: em 1993, conduziu a Semana Nacional de Educação para Todos, que lançou o Compromisso Nacional de Educação para Todos; em 1994, conduziu a Conferência Nacional de Educação para Todos, que lançou o Acordo Nacional de Educação para Todos, processo que reafirmou as metas do Plano Decenal, priorizando a descentralização política educacional para se obter maior responsabilização para os municípios, estados e as próprias escolas. O Acordo Nacional de Educação para Todos se apresentou como o principal marco estratégico político de consolidação das reformas educacionais neoliberais no país.

A partir de 1995, ano em que iniciou-se o Governo FHC, ocorreu, de forma mais intensa, a implantação do projeto neoliberal de sociabilidade no país, através do desmonte da nação em todos os setores econômicos e sociais. Para isso, buscou-se o apoio da sociedade, através da formação de um consenso. O Governo FHC foi responsável pelo corte sistemático de recursos para as áreas sociais, sendo que a educação foi uma das mais gravemente atingidas.

Aprofundou-se a política de destruição do sistema de educação pública nacional, de tal forma que não só impediu seu crescimento como provocou retração na sua capacidade e alcance. Enquanto as demandas educacionais cresciam, o Governo continuava cortando recursos: no programa "Educação de criança de 0 a 6 anos", o corte entre 1995-98 foi de

17,74%; no programa “Ensino Fundamental”, no mesmo período, o corte foi de 15,28%; no programa “Ensino Superior”, 28,7%; e no programa “Ensino Supletivo”, 82,17%. Tais cortes refletem a política neoliberal de redução dos gastos estatais com as áreas sociais, e aprofundou a exclusão educacional em nosso país. Lúcia Neves (Lesbaupin, 1999) analisou a política educacional do 1º Governo FHC e concluiu que tal política consolidou a tendência já evidenciada nos Governos Collor e Itamar de responder aos imperativos de associação submissa do país aos processo de globalização neoliberal. A educação foi remodelada para formar um novo trabalhador e um novo homem que atendesse aos interesses empresariais dos centros do sistema capitalista mundial.

Dentre as principais manobras políticas do 1º Governo FHC para adequar o sistema educacional brasileiro aos interesses dos grupos internacionais neoliberais, podemos destacar:

- Em 1995, a lei 9135/95 criou o Conselho Nacional de Educação, que passou a funcionar como órgão do governo. A sua criação já estava prevista no projeto da LDB desde 1988, e a sua constituição como órgão do governo serviu para afastar os setores engajados no projeto de uma educação democrática de massas do movimento de participação política e social nas reformas educacionais no país.
- Em 1996, de forma autoritária, foi promulgada uma nova LDB, sem o consentimento de grande parte dos profissionais envolvidos com a educação nacional, através da Lei 9394/96, conhecida como projeto Darcy Ribeiro. A nova LDB, de inspiração neoliberal, regulamentou e

legitimou as ações do governo já estabelecidas por medidas provisórias e decretos.

Apesar do sucesso do governo na implantação do projeto educacional neoliberal no país, os setores engajados com a democratização e a qualificação da educação nacional não desistiram da luta pelos seus princípios. Em 1996, realizou-se o I Congresso Nacional de Educação (CONED), onde houve uma discussão ampla e democrática sobre os rumos que a educação brasileira deveria tomar, e repudiou-se a política educacional do Governo FHC. Em 1997, realizou-se o II CONED, no qual foi elaborado o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (PNE), que defende uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis. A educação escolar é entendida como um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país, para a garantia dos direitos básicos de cidadania e emancipação social, construidora de uma sociedade mais justa e igualitária. O PNE prega que, para se alterar o atual estado da educação nacional, marcado pela exclusão em todos os níveis de ensino, precarização do trabalho e privatização, é preciso que se crie um Sistema Nacional de Educação que garanta a educação para todos em todos os níveis, e que se revogue toda a legislação que impede o funcionamento democrático da educação brasileira.

O 2º Governo FHC (1999-2002), no plano educacional, se caracterizou pela continuidade da política educacional neoliberal adotada no governo anterior. Em 2001, o Congresso Nacional aprovou um PNE elaborado pelo MEC em 1998, de inspiração neoliberal, em concordância

com os objetivos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1991), promovida pelo Banco Mundial.

Os grupos contrários à política educacional do governo continuaram se mobilizando. Em 1999 e 2002, foram realizados mais dois CONEDs, onde foram aprofundadas as discussões sobre o PNE –Proposta da Sociedade Brasileira. Este PNE tem como objetivo principal fazer com que a educação nacional contribua para que o Brasil se insira de forma soberana na nova divisão internacional do trabalho e para que haja a socialização da riqueza produzida, do saber, e do poder nacionais.

O atual governo, iniciado em 2003, com a posse do Presidente Lula, embora seja considerado um governo trabalhista, quase nada fez para alterar a política educacional do governo anterior. Além disso, a futura reforma administrativa poderá ser responsável pela privatização das universidades públicas.

Até o momento, os grupos defensores do projeto educacional neoliberal tiveram sucesso na implantação de seu projeto no país, mas os grupos defensores do projeto democrático de massas vão continuar lutando para alterar o quadro atual.

No próximo capítulo, serão analisadas as consequências da implantação do projeto educacional neoliberal sobre a educação nacional.

CAPÍTULO III

Conseqüências do projeto educacional neoliberal sobre a educação brasileira

Os países periféricos, entre eles o Brasil, adotaram o modelo neoliberal e suas medidas de ajustamento econômico e político devido ao descomprometimento de suas elites com os problemas nacionais e às pressões que sofreram dos grandes organismos financeiros internacionais, principalmente, do FMI e do Banco Mundial, que se aproveitaram do elevado grau de endividamento desses países. A origem desse endividamento, principalmente por parte dos países da América Latina, se deu a partir da década de 1970, quando os bancos privados dos países avançados passavam por um período de grande recessão. Esses bancos, principalmente os dos EUA, estavam saturados de dólares e decidiram adotar uma enorme política de créditos, recebida com entusiasmo pelos países da América Latina, que utilizaram grande parte desses créditos em negócios improdutivos, como: armamento militar, corrupção, subsídios a empresas não rentáveis, etc. Na década de 80, entraram em cena as instituições financeiras internacionais, lideradas pelo FMI, e aí se iniciou a cobrança da dívida externa, além do ajustamento estrutural desses países às medidas do FMI. Caso os países devedores se recusassem a aceitar tais medidas, correriam grandes riscos e teriam cortadas as suas ligações com a economia global. Os países latino-americanos foram obrigados a adotar medidas de ajuste econômico para solucionarem a chamada "crise da

dívida". Os governos de tais países passaram a seguir o projeto neoliberal promovido pelos organismos financeiros internacionais, principalmente o Banco Mundial e o FMI. Os meios acadêmicos e jornalísticos denominaram o projeto neoliberal promovido por tais organismos de Consenso de Washington.

O Consenso de Washington propõe para os países da América Latina: disciplina fiscal, redefinição das prioridades do gasto público, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, privatização de empresas estatais; diminuição da capacidade do Estado gerir setores como a saúde e a educação, cabendo essa gerência à iniciativa privada, etc.

No Brasil, as medidas propostas pelo Consenso de Washington começaram a ser implantadas no Governo Collor (1990-92), período no qual o país se inseriu na lógica da globalização neoliberal. Collor foi derrubado por um Impeachment, porém a inserção brasileira seguiu quase sem mudanças no Governo de Itamar Franco (1992-95). Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-02), apesar de ser reconhecido como um social-democrata, acelerou o processo de ajuste neoliberal da economia e da política nacionais. E não fez isso porque teve de render-se à nova realidade internacional, o fez sim por convicção própria, pois em seus livros acadêmicos já deixava bem claro que encarava o Estado Brasileiro como inimigo do desenvolvimento nacional, e que caberia aos "aliados externos" papel de destaque para alterar tal situação. O atual governo, iniciado em 2002, no qual o presidente é o ex-operário Lula, quase não alterou a política

de submissão às decisões de caráter neoliberal dos grandes organismos financeiros internacionais.

Apesar de parecer que o Consenso de Washington se limita ao campo econômico, na verdade as suas medidas também procuram influenciar o campo das políticas educacionais. Ele propõe para os governos da América Latina uma reforma institucional na educação. A ideologia neoliberal do Consenso de Washington prega que os sistemas educacionais da América Latina enfrentam, atualmente, uma grande crise de eficiência, eficácia e produtividade, ou seja, uma grave crise de qualidade. Para o dito consenso, tal crise é resultado da incapacidade dos Estados do continente de administrarem suas políticas sociais. Embora os serviços educacionais tenham se expandido, segundo os neoliberais, tais Estados não foram capazes de combinar quantidade com qualidade. Para solucionar o problema da "incapacidade" de tais governos para administrar seus sistemas de educação, o Consenso propõe a privatização desses sistemas. Segundo ele, são três os maiores culpados pela crise da educação na América Latina: o Estado interventor, os sindicatos dos trabalhadores da educação e a própria sociedade. Dentre eles, é atribuída culpa ainda maior aos sindicatos magisteriais, considerados pelos neoliberais um grupo responsável por reivindicações salariais e greves, uma classe complexa e difícil de lidar.

Para os neoliberais, é uma ilusão achar que a educação pode ser pública, gratuita e de qualidade, pois a escola também deve se inserir na lógica capitalista da competição e da "ética individualista". A retórica neoliberal defende, então, o abandono da administração educacional por

parte do Estado, passando esta a ser feita pela iniciativa privada. Os sistemas educacionais deveriam funcionar dentro do princípio da competição, transformando-se em mercados educacionais.

Além da privatização da educação pública, os neoliberais propõem que a escola passe a ter uma organização técnico-burocrática e que a educação seja voltada para a profissionalização do ensino. O verdadeiro objetivo do tecnicismo educativo é atender aos interesses do capitalismo atual, pois a função estabelecida pela elite mundial para a América Latina no mundo global é a de servir como região viável para a instalação de empresas montadoras multinacionais, que para isso precisam de mão-de-obra tecnicizada, abundante e barata, com conhecimentos em recursos de informática e multimeios, ou seja, preparada para o mercado de trabalho. O tecnicismo educativo representa o abandono do sonho de implantação do projeto educativo moderno europeu na educação latino-americana, pois enquanto ele visava formar o homem integral, aquele transforma a escola numa fábrica, já que os estudantes são encarados como capital humano, o "homo faber".

Outra característica importante da implantação do projeto educacional neoliberal no sistema educacional brasileiro é a municipalização da educação pública, política recomendada pelo Banco Mundial.

Esta política foi adotada nos últimos anos na maioria dos Estados do Nordeste. A análise dos efeitos desta política comprovam a ineficácia da administração municipal em relação à qualificação dos professores, condições salariais e de trabalho, condições de infra-estrutura física e de

material didático, qualidade dos processos educativos e administrativos e aos resultados alcançados em termos de desempenho dos alunos. Para que esta política seja legitimada, utiliza-se o discurso de que ela permite uma maior democratização da educação, mas, na verdade, o que se pretende é reduzir os gastos federais com a educação básica. Tal política tem dois programas principais no Brasil: o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e o Programa de Apoio Tecnológico. Os recursos enviados pelo governo federal aos municípios são atualmente muito baixos, pois fixa-se um valor mínimo por aluno, muito abaixo das necessidades reais, e além disso parte dos recursos são desviados por Prefeituras corruptas.

As principais medidas propostas pelos grandes organismos financeiros internacionais no setor educacional ainda não foram totalmente adotadas pelo Brasil, mas, infelizmente, a tendência é que em breve todas sejam adotadas. São elas:

- Ênfase na educação básica gratuita, como estratégia de redução da pobreza na região, porém visando a inserção destas populações excluídas em atividades da economia informal;
- Privatização do ensino superior e do ensino médio, inserindo a educação na lógica do mercado, contribuindo, dessa forma para excluir os estudantes pobres do ensino superior, permitindo apenas o acesso deles à educação básica;

- Descentralização do sistema educacional, através da redução nos custos de funcionamento dos sistemas educacionais financiados pela União, repassando para os Estados e municípios os encargos financeiros com a educação básica, porém mantendo centralizadas nas mãos da União as decisões sobre as concepções e as estratégias políticas implementadas em termos de currículo e material didático, capacitação docente e condição de trabalho. A União utiliza o discurso de que a descentralização do sistema educacional promoverá a democratização do mesmo, porém o que se pretende na prática é reduzir os custos do governo federal na educação.
- Enfraquecimento das associações e sindicatos de docentes, com o objetivo de manter patamares salariais reduzidos para não onerar os orçamentos da União, Estados e Municípios, além de se criar uma cultura de descartabilidade do magistério, com a utilização intensiva de redes de ensino à distância;
- Redução dos níveis de conhecimento na ciência e na cultura, visando apenas a capacitação rápida e superficial dos trabalhadores para serem inseridos no atual mercado de trabalho, marcado pelo alto grau de rotatividade e pela futura desconstrução dos sistemas trabalhistas convencionais;
- Criação de condições para a expansão do setor privado na produção editorial e no treinamento em recursos humanos,

deixando de lado as universidades e os grupos de pesquisadores emergentes e consolidados no processo de definição de perfis profissionais, com o objetivo de impedir a construção de um pensamento crítico e da prática social engajada;

- Participação de pais e comunidades na gestão das escolas públicas de ensino fundamental, assumindo trabalhos de organização e funcionamento de setores da escola, além de participação financeira. Tal política visa a diminuição dos gastos públicos com a educação;
- Implementação de sistemas de avaliação baseados nos princípios da competição e concorrência no mercado capitalista, através do estímulo da prática da concorrência entre escolas e docentes, fortalecendo a concepção empresarial da administração da educação.

Fica claro, como percebeu Torres (Torres, 1996, p.185), que as prioridades educacionais ditadas pela ideologia neoliberal são contrárias àquelas que visam a construção de um modelo educativo baseado na qualidade e na equidade, comprometido com a aprendizagem e sua melhoria.

Então, apesar do ideal educativo moderno ainda estar longe de ser concluído na América Latina, a classe dominante dos países latino-americanos, submissa aos interesses dos grandes grupos internacionais neoliberais, está tomando diversas medidas para que a educação de seus países entre na era pós-moderna, através da privatização da educação e da

introdução de novas ondas tecnicistas nas escolas, como a informática e a microeletrônica. Os defensores dessas novas ondas dizem que a revolução informática será capaz de alterar a divisão social do trabalho, gerando, assim, uma sociedade mais justa. Porém, uma análise mais profunda do impacto social causado por essa revolução nos permite perceber que as inovações tecnológicas recentes foram apropriadas pelos grupos mundiais dominantes, que as utilizam em benefício próprio com o objetivo de manter a estrutura capitalista de poder, na qual a concentração de renda e a exclusão social tendem a aumentar. No Brasil, a revolução informacional gera um novo tipo de marginalização, ainda mais grave que a anterior, pois mais de 90% da população brasileira não tem acesso à Internet, e este índice tende a permanecer alto ainda por muitos anos.

Na América Latina, a educação tem sido um dos setores mais fortemente submetidos às políticas neoliberais dos organismos financeiros internacionais. Sempre que os países da região procuram renegociar suas dívidas ou captar novos empréstimos, tais organismos impõem novas reduções, aos governos, dos gastos destinados à educação. Essa política visa, além de formar uma massa de ignorantes na região, impedir que as economias nacionais desenvolvam novas tecnologias independentes das grandes empresas multinacionais, senão elas se tornariam novos concorrentes destas empresas no mercado mundial.

O projeto educacional latino-americano torna-se um paradoxo: em um século, pretende passar da pré-modernidade à pós-modernidade, porém sem realizar o projeto moderno europeu de educação democrática e integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já vimos no primeiro capítulo de nossa monografia, o neoliberalismo surgiu como uma doutrina econômica em 1944, através da publicação do livro *O Caminho da Servidão*, escrito pelo austríaco Hayek. Em 1947, ele se reuniu com outros intelectuais que concordavam com sua opinião, na Suíça, onde foi fundada a Sociedade de Mont Pelerin, grupo que passou a defender o neoliberalismo em escala mundial. Durante cerca de 30 anos suas idéias foram ignoradas, pois o capitalismo vivia um dos períodos mais prósperos de sua história. A partir de 1973, a economia mundial passou a ter taxas de crescimento muito inferiores às apresentadas no período anterior, fato que possibilitou a difusão das idéias neoliberais, pois os sindicatos e os elevados gastos dos Estados com despesas sociais foram responsabilizados pela crise. A solução, segundo os empresários, estaria no neoliberalismo, que pregava o fim do Keynesianismo, através do afastamento do Estado do controle econômico e das políticas sociais, e o enfraquecimento dos sindicatos e das conquistas trabalhistas. Na década de 1980, o neoliberalismo foi implantado nos EUA, durante o Governo Reagen, e na Inglaterra, durante o Governo de Thatcher, difundindo-se depois por boa parte da Europa.

Em 1989, os países do Leste Europeu, que durante cerca de 40 anos mantiveram-se sob a influência da URSS, conseguiram se libertar, dando mostras do enfraquecimento da URSS. Em 1991, a própria URSS se esfacelou, e a Rússia e as Repúblicas que estavam submetidas ao antigo

domínio soviético converteram-se ao capitalismo. Isso significou o fim da Guerra Fria e a vitória do capitalismo sobre o socialismo,

A vitória do bloco capitalista permitiu que o neoliberalismo se espalhasse gradativamente por todo o planeta através do processo denominado globalização. Os grandes bancos e empresas multinacionais não viram mais barreiras para sua expansão em escala global, e através das novas tecnologias, puderam se deslocar às partes do planeta onde seus investimentos fossem mais rentáveis, criando uma nova divisão internacional do trabalho, na qual foi dada aos países em desenvolvimento a função de servirem como regiões propícias para receberem indústrias montadoras que precisam somente de mão-de-obra barata e pouco qualificada, enquanto aos países centrais (EUA, União Européia e Japão) cabe a função de monopolizarem as indústrias de alta tecnologia, que necessitam de mão-de-obra qualificada.

Os principais organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OTAN, OMC,...), responsáveis pela gerência da política e da economia mundiais, pressionam os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos a adotarem políticas neoliberais que os mantenham submissos à nova ordem mundial vigente, para que eles não possam alterar a atual divisão internacional do trabalho.

Um dos setores que mais sofrem influência das políticas neoliberais difundidas pelos grandes organismos internacionais têm sido a educação. O projeto educacional neoliberal tem uma estratégia clara: manter um sistema educacional de grande qualidade nas principais universidades do Primeiro

Mundo, para que esta mão-de-obra, muitíssimo reduzida, administre os principais organismos internacionais e os principais países do planeta; manter um sistema educacional de qualidade inferior ao anterior em algumas universidades nacionais espalhadas pelo mundo, para que esta mão-de-obra, em número reduzido, administre empresas multinacionais e países menos importantes na política mundial; e, para mais da metade da PEA mundial, fazer com que seja oferecida uma educação superficial, impedindo que estas populações questionem a ordem vigente ou tenham capacidade para produzir novas tecnologias que alterem a atual divisão internacional do trabalho.

A partir de 1990, no Governo Collor, o Brasil foi lentamente adotando a doutrina neoliberal nos setores político, econômico e social, devido ao descomprometimento de suas elites com as conseqüências sociais que isso poderia acarretar e à pressão exercida pelos grandes organismos internacionais em decorrência da elevada dívida externa nacional.

O setor educacional nacional vem sendo um dos mais afetados pelas políticas neoliberais, que têm o objetivo de impedir que o Brasil tenha mão-de-obra qualificada capaz de produzir tecnologias avançadas para a indústria nacional, pois se tornariam novos concorrentes no mercado mundial, alterando a ordem mundial vigente; e de fazer com que a população brasileira se mantenha alienada da realidade mundial, incapaz de alterá-la.

Desde 1988, vem sendo travada uma batalha entre os neoliberais da educação nacional e aqueles que defendem um sistema educacional democrático de massas, público, gratuito e de qualidade. Infelizmente, a luta

vem sendo vencida pelos neoliberais, que conseguiram suas maiores vitórias no Governo FHC, principalmente através da nova LDB de 1996. Apesar das derrotas, aqueles que defendem a educação democrática têm se reunido em diferentes anos, e tais reuniões tiveram como maior êxito a elaboração de um Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, que tem como meta a defesa de um sistema educacional público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos, em todos os níveis, que promova o desenvolvimento do país, a garantia dos direitos básicos de cidadania e emancipação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Enquanto os neoliberais propõem uma política educacional que visa manter o povo brasileiro submisso aos interesses internacionais e impedir o desenvolvimento nacional, seus adversários propõem o contrário, um sistema educacional que promova o desenvolvimento econômico nacional e de cada indivíduo como cidadão.

A cartilha educacional neoliberal ainda não teve todos seus pontos adotados pelo governo brasileiro. São eles: manter a educação básica pública e gratuita, visando a inserção das populações pobres na economia informal; privatizar o ensino médio e superior, para impedir o acesso da população pobre a eles; enfraquecer os sindicatos dos professores, para torná-los mão-de-obra barata e descartável; reduzir ao máximo os custos do governo com a educação, através da sua municipalização, da participação de pais e comunidades na gestão das escolas, ou simplesmente diminuindo as verbas destinadas à educação; priorizar o ensino técnico-

profissionalizante, capaz de oferecer mão-de-obra pouco qualificada e barata para ser explorada no mercado de trabalho.

Enfim, o sistema educacional brasileiro, que sempre foi excludente (educação de qualidade para as elites e superficial para ao povo), tende a tornar-se ainda mais desigual com a introdução do projeto educacional neoliberal. É preciso que o governo revogue todas as leis de caráter neoliberal que foram postas em prática no sistema educacional nacional e que aplique o Plano Educacional de Educação criado por aqueles que lutam por uma educação pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos, em todos os níveis.

A mudança da política nacional de educação é fundamental para que o país tenha um papel diferente do atual no mundo globalizado. A educação deve visar promover: o desenvolvimento econômico do país, através da produção de tecnologias de ponta e de nossa independência em relação às pressões dos grandes organismos e governos mundiais; o fim das desigualdades sociais, imensas no nosso país, dando possibilidades para todos terem uma vida digna, conscientes dos seus direitos como cidadão e capazes de questionar as políticas governamentais; a mudança política do nosso país, permitindo que as populações carentes possam participar ativamente dela, votando de forma consciente em candidatos que, de fato, os representem ou elegendo-se em cargos importantes.

O futuro do Brasil será moldado, em grande parte, pelo futuro do sistema educacional nacional, por isso este tema deve ser tratado de forma muito responsável pelos políticos, educadores e sociedade em geral.

Referências
BIBLIOGRÁFIAS

- AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. Paris: Larmattan, 1996.
- DEMBICZ, BARROS e TORÍBIO LEMOS. *América Latina e Europa Centro-Oriental: Perspectivas para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: INTERCOM e CESLA, 1996.
- GENTILI, Pablo. *Mentiras que parecem verdades: argumentos neoliberais sobre a crise educacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- HARNECKER, Marta. *Tomar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação. História, filosofia e temas transversais*. Contestado: Editora Autores Associados, 2000.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. *A mundialização da educação. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela*. Maceió: Edufal/PPGE/CEDU, 2004.
- NORONHA, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas: Editora Alínea, 2002.
- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SILVA, T. T. da e GENTILI, Pablo (orgs). *Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A): AMANDA MONTEIRO TEIXEIRA

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A GLOBALIZAÇÃO

NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

ORIENTADOR : PROF.^a ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: DIÓGENES PINHEIRO

Nota : 10,0 (DEZ)

Considerações:

Excelente trabalho, que
reflete de forma clara sobre
as mudanças estruturais no

Capitalismo Contemporâneo
Realizou uma análise detalhada
sobre os impactos dessas
transformações sobre as estruturas
do ensino brasileiro

Produziu um trabalho crítico
de extrema relevância para a
compreensão dos dilemas recentes
da educação brasileira.

Segundo avaliador :

Professor orientador : Angela Maria Martins

Nota: 10,0

Considerações:

A aluna Amanda Monteiro Teixeira
fez uma monografia com uma ex-
celente sistematização de ideias e funda-
mentação teórica, apresentando uma
boa discussão sobre a globalização
multilateral e seus efeitos sobre a educação.
Por isso, confiro à aluna
a nota 10,0 (DEZ). D.M.M.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Rígia Martha Collio

Nota : 10,0

Considerações:

A monografia apresenta os principais elementos de um trabalho monográfico.

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10	10	10	30	10,0

Rio de Janeiro, 15/08/2005

R. Collio

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês MARÇO

Dia	22/03/2005	30/03/2005		
Observações	Fornecido da dispenza	Discussão sobre a elaboração do capítulo		
Professor	Dudu	Dudu		
Aluno	Das	Das		

Mês ABRIL

Dia	12/04/2005	28/04/2005		
Observações	Primeiros capítulos	com. de capítulos		
Professor	Dudu	Dudu		
Aluno	Das	Das		

Mês MAIO

Dia	5/05/2005	17/05/2005		
Observações	2º Capítulo	2º capítulo		
Professor	Dudu	Dudu		
Aluno	Das	Das		

Mês JUNHO

Dia	16/06/2005	20/06/2005		
Observações	3º capítulo e cons. finais	fechamento da Monografia		
Professor	Dudu	Dudu		
Aluno	Das	Das		